

Reflexos do NCPC no Direito Processual do Trabalho

- 1. Premissa 01: diálogo das fontes e lacunas axiológicas?**
- 2. Premissa 02: processo e cultura: princípio do inquisitivo e postura democrática**
- 3. Proposta democrática do NCPC**
- 4. Jurisdição colaborativa: o processo como comunidade de diálogo**
- 5. “Princípio” da cooperação (art. 10)**
 - 5.1** Vedação das “decisões-surpresa”
 - 5.2** Nova roupagem do efeito translativo recursal
 - 5.3** O caso da flagrante intempestividade recursal
 - 5.4** E se a matéria já estiver pacificada na jurisprudência?
- 6. Importação da *Common Law* ou sistema de precedentes para o *Civil Law*?**
- 7. Reforço da jurisprudência como fonte do direito**
- 8. O TST como Corte de precedentes?**
 - 8.1** Do conceito de “precedente”
 - 8.2** O sistema de precedentes engessa o Direito?
 - 8.3** Fundamentação decisória e distinção fática
- 9. Sistema de litigância de massa: “IRR” e “IRDR”**
- 10. “Reclamação” para o TRT?**
- 11. Da fundamentação das decisões no NCPC (art. 489, §1º): via de “mão dupla”?**
- 12. Prazos processuais contados em dias**
- 13. Fim da inadmissibilidade recursal no juízo *a quo*: aplicabilidade na esfera trabalhista?**
- 14. Preocupação com a jurisprudência defensiva**
 - 14.1** A questão do depósito recursal e o recolhimento dobrado
 - 14.2** Intempestividade prematura
- 15. Do incidente de desconconsideração da personalidade jurídica**
 - 15.1** Uniformização procedimental: os fins justificam os meios?
 - 15.2** Fraude à execução
 - 15.3** Recurso imediato?

16. Tutela provisória antecedente: qual é o recurso cabível na JT?

17. *Amicus Curiae* e questões de medicina e segurança no trabalho

18. Concentração da resposta do réu

19. Distribuição dinâmica do ônus da prova

20. Dos negócios processuais (arts. 190-191)

20.1 Convenção sobre deveres, ônus e faculdades processuais

20.2 Hipóteses ventiladas pela doutrina processual civil e reflexões sobre o cabimento da esfera trabalhista

- Não interposição de recurso?
- Não produção de prova oral?
- Depoimentos escritos?
- Devolução de prazos?
- Ampliação de prazos?
- Afastamento de revelia ou de “arquivamento”?
- Quantidade e qualidade de peritos?
- Inspeção judicial?
- Calendário processual?
- De não promover a “execução provisória”
- Pacto de impenhorabilidade?

20.3 Depende de homologação judicial?

20.4 Qual é o recurso trabalhista cabível?

21. Das questões envolvendo execução no NCPC

21.1 Multa coercitiva e execução provisória (depósito)

21.2 Penhora de salário (art. 833, §2º)

21.3 Protesto de decisões condenatórias

21.4 Da “intervenção judicial” como técnica executiva

21.5 Fraude à execução e intimação prévia do terceiro (art. 792, §4º)

22. Nova causa de “impedimento” processual do juiz (art. 144, VIII)

23. Crítica ao legislador: falta de fortalecimento da jurisdição coletiva!

24. Fim: não olhar o “novo” procurando o “velho”